

PARCERIAS CAMBIANTES DO ESTADO TRANSNACIONAL BRASILEIRO

VAMIREH CHACON

Ao término do seu segundo e último mandato presidencial, em 1797, George Washington, em discurso de despedida, proclamou para as gerações futuras, entre outras heranças sábias, que os Estados Unidos não tinham inimigos nem amigos e sim adversários e aliados, parceiros cambiantes conforme interesses e circunstâncias. A lição é válida para todo o mundo. Há Geopolítica não só da guerra, também da paz, até a Geopolítica da Fome, no livro marcante de Josué de Castro, em 1951.

Tudo muda, nada muda, há uma espécie de Princípio de Laplace além do da matéria: também na cultura nada se cria, tudo se transforma. Outros perigos do culturalismo, com autocritica superáveis, consistem no etnocentrismo, xenofobia e tendência à entropia como em todo sistema fechado.

A luta pelo poder internacional vem se deslocando do controle apenas do espaço para o controle também do tempo: quem detém a iniciativa de criação tecnológica dita os ritmos de inovação dos demais, inclusive os ritmos de mudança política.

O desencadeamento das energias nacionais pela Revolução Francesa, tese de Godechot, estendeu-se ao projeto de imposição externa dos parâmetros qualitativos e não só quantitativos, da sua visão de mundo. Assim o Código Civil da Revolução, estabilizada por Bonaparte quando Primeiro Cônsul, por ele imposto em todos os Estados aos quais estendeu protetorado político após ocupação militar. O sistema métrico decimal, que havia sido inicialmente aprovado pela Constituinte revolucionária de 1790, logo um ano depois da Revolução, convertido em lei em 1795, foi, em 1799, já no tempo de Napoleão, padronizado também nos territórios ocupados.

Esta grande vitória da maneira de ver cartesiana da França encontrou longa resistência por parte principalmente dos anglo-saxões, apegados à tradição empírica de medidas de espaço em pés, polegadas e passos, e de Direito Costumeiro germânico diante do Direito Romano escrito, após ser jurisprudencial. O contra-ataque anglo-saxônico veio pelo lado do controle do tempo, nesse tipo de guerra cultural dentro de outras guerras.

A Grã-Bretanha, mais que qualquer outro povo de então, necessitava de uma referência padronizada para calcular os dias de trabalho e de juros, portanto de rendimento do capital investido em trabalho e dinheiro emprestado, não apenas nas suas colônias distantes entre si, quanto das viagens da sua frota comercial. Em

1810 foi instalado um relógio mais exato no observatório de Greenwich, subúrbio de Londres, relógio ligado eletricamente ao Big Ben do Parlamento. A partir dele foram unificados todos os relógios das estações ferroviárias britânicas. O tempo é dinheiro, time is money: o provérbio é de origem inglesa.

Ainda a Grã-Bretanha, também por Greenwich, tentava controlar o espaço, ao transformar este observatório em maior produtor de cartas náuticas do mundo, todas com o seu meridiano como ponto de referência; era a descoberta ou invenção do parâmetro da longitude. Os navegadores portugueses e espanhóis só conseguiram estabelecer o da latitude em relação ao equador com ajuda do astrolábio. Daí a perda da hegemonia de Lisboa, herdeira da Escola de Sagres, na produção de cartas náuticas, que tinha em Sevilha sua única rival.

Em 1850 ocorreu o impacto decisivo: os Estados Unidos, já em ascensão comercial e naval, adotaram o Meridiano de Greenwich, renunciando ao seu próprio de Washington na disputa de oficialização internacional com os de Paris e Berlim, clara demonstração de mais esta guerra cultural dentro das outras. A Conferência Internacional do Meridiano, em Washington, 1885, consagrou Greenwich, já reconhecido pelos detentores de 80% dos navios e estradas de ferro do mundo: Grã-Bretanha, Estados Unidos, Canadá e Suécia. A França, naturalmente, votou contra, em companhia do Brasil, o que demonstra tanto a disputa de influência entre Grã-Bretanha e França, como o apego cultural brasileiro à herança lusa também nisto: a adoção do sistema métrico decimal já havia desencadeado protestos revoltosos, até populares, como os quebra-quilos.

Sempre na luta de afirmação de cultura, os franceses tornaram-se os primeiros na historiografia do tempo por Jacques Attali, do mesmo modo que, na historiografia do clima com Le Roy Ladurie, neste caso em contra-ataque à prioridade científica e política de alemães e estadunidenses no ecologismo. Fabricar idéias está entre as primeiras exigências da produção, sobrevivência e reprodução das culturas e civilizações. A ausência de renovação de idéias é o primeiro sinal da entropia. Os resíduos, tão importantes para Pareto, só servem de semente, enquanto arcaísmos são fatais.

A sucessão de globalizações econômicas do mundo significa rotações de hegemonias culturais projetadas politicamente, desde a do império romano, centralizado, embora não centralista, muito mais organizado e longo que as fraticidas cidades helênicas; hegemonia romana interrompida por invasões de povos nômades denominados de bárbaros pela dificuldade de unirem-se contra os adversários das suas diferenças; hegemonia mundial retomada e ampliada, após longo período de estabilização medieval, pelos portugueses e espanhóis, pela primeira vez dando a volta a sua dominação pelo planeta, como o reconhece e descreve Arnold J. Toynbee no monumental *A Study of History*.

A globalização, ao chegar à primeira metade do século XIX, — após a substituição pela força da hegemonia oceânica luso-espanhola mais pela britânica que pela holandesa, ou mesmo francesa — cristalizou-se, temporariamente, como tudo na História, pelo que Kissinger classificou de “Pentarquia” no seu livro *O Mundo Restaurado: Grã-Bretanha, França, Rússia, Prússia, em ascensão rumo à liderança da unificação alemã, e Áustria-Hungria, em início de declínio*. Hegemonias internas

na Europa de projeções mundiais, com especial destaque para a britânica, nisto sucedida pela primeira superpotência extra-européia, os Estados Unidos, estendendo ininterruptamente as fronteiras do Atlântico ao Pacífico, terrestres e marítimas, até arquipélagos na Oceania e no Caribe, como Porto Rico, antes espanhol, e as Ilhas Virgens, outrora dinamarquesas até o século XX, 1917. Movimento que pode não se ter esgotado: no caso da secessão de Québec, as regiões anglófonas canadenses tendem a integrar-se nos Estados Unidos.

Globalizações econômica, política, científico-tecnológica, sempre a partir do que Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein chamam de “economias-mundo”, um ponto donde se irradiam e do qual dependem. Globalização também das lutas sociais: além das ideológicas, as sindicais, como se vê desde a organização do primeiro escritório mundial sindicalista, aliás cristão, em Zurique, 1908, seguido pela CISC (Confederação Internacional de Sindicatos Cristãos), sobretudo pelo esforço da Igreja Católica em contrapor-se em luta cultural à mobilização revolucionária marxista pré-leninista. A fundação da OIT, Organização Internacional do Trabalho, 1919, partiu exatamente de social-democratas, já em luta aberta contra os leninistas a caminho da hegemonia entre a agitação operária em escala internacional, pretendendo-se internacionalista, por mais que se evidenciasse a projeção da Rússia por dentro da União Soviética. Tanto quanto por trás do liberalismo a Grã-Bretanha, depois os Estados Unidos, em seguida as empresas transnacionais de vários países.

Na realidade, cada grande economia nacional transnacionaliza-se em outra, pela presença internacional das suas empresas: assim há outra economia estadunidense fora do seu Estado, outra da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Japão, etc, com suas projeções políticas e militares. Que também o Brasil faça o mesmo.

Mobilização transnacional também de partidos políticos, desde a Internacional Comunista (Komintern) à Internacional Socialista, na realidade Internacional Social-Democrata, até uma Internacional Conservadora também de partidos. Internacional dos partidos democrata-cristãos sob a égide da Pax Romana moderna, a do Vaticano, com esse evocativo nome.

Os proletariados internos, ainda na conceituação de Toynbee, podem coincidir ou mesmo articular contatos às vezes decisivos com os proletariados externos em piques de crise, se as migrações antes já não os aproximarem, pela globalização também da mão-de-obra menos ou mais qualificada.

A bipolaridade Estados Unidos-União Soviética jamais se consumaria enquanto tal. Logo emergiu a triliderança de Tito (Iugoslávia) — Nasser (Egito projetado em República Árabe Unida, 1958, frustrada pelas cisões da Síria e Iêmen em 1961) — Nehru (Índia), ao auge na Conferência de Bandung, 1955, na Indonésia dirigida por Sukarno que apoiava o neutralismo terceiro-mundista.

O policentrismo, previsto e desejado já por Palmiro Togliatti à frente do Partido Comunista Italiano, que viria a gerar o eurocomunismo, o policentrismo propriamente dito implantou-se na seqüência da queda da Cortina de Ferro do Báltico ao Adriático, da qual o Muro de Berlim era parte, e após a autodissolução por implosão da União Soviética, há muito minada pela entropia da sua total estatização econômica sob totalitário controle de partido político único, totalitário porque de

pretensões monolíticas. Policentrismo reagrupável por critérios mais de religião, segundo Samuel P. Huntington em *The Clash of Civilizations* ensaio a livro, ou mais de língua como eu proponho: polígono de fonias (anglo, franco, hispano, luso, russo, sino, árabe, teuto pela Europa Central), esquema sem esquematismo porque não-excludente, as fonias também se entrecruzam. São a expressão mais clara, porém não a única fundamental na cultura.

O Mercosul, com todas as limitações demográficas dos vizinhos do Brasil e suas pobreza, apresenta-se como um dos resultados da afinidade ibérica, além da vizinhança geográfica, e também não deve ser excludente. A ALCA, Área de Livre Comércio das Américas, com o tempo integrará tanto os Países do Mercosul quanto os do Pacto Andino e o próprio Nafta, com especial destaque para o Brasil e Estados Unidos pelo tamanho das suas populações, territórios, recursos naturais e científico-tecnológicos. Com a China, o Japão, a Índia e os menores “Tigres Asiáticos” dividindo entre si o Oriente; a União Européia outro tanto a Europa Central e do Leste, enquanto a projeção dos Estados Unidos tende a concentrar-se nas Américas do Canadá ao Sul; já a África, cenário da competição de todos.

O Brasil — de dimensões continentais como os Estados Unidos, Rússia, China, Índia, Austrália — o Brasil só pode ter alianças econômicas e políticas intergovernamentais, nunca aderir de todo a entidades de poder supranacional sobre ele. Ao contrário da União Européia, com Executivo em Bruxelas, Legislativo em Estrasburgo e Judiciário no Luxemburgo, o Nafta (North American Free Trade Agreement) não é como a União Européia, o Nafta é intergovernamental, não é supranacional: quem pode conceber o Pentágono no Canadá e a Casa Branca no México?... Quanto a um efetivo Parlamento Latino-Americano, só se for com representação proporcional às populações de cada Estado, portanto a brasileira sendo a maior.

O Brasil vem conseguindo exportar e importar em quatro partes aproximadamente proporcionais às quatro principais partes do mundo: América do Norte, Europa Ocidental, Extremo Oriente e comércio terceiro-mundista Sul-Sul. Ademais de o Brasil dever lembrar-se, por missão e conveniência, das potencialidades culturais e econômicas da África lusófona, com a União Sul Africana o Estado afro mais rico de permeio.

Apesar de todas as crises, no sentido de desafios maiores, a russofonia, por menos oceânica que seja, projeta-se de um bloco maciço terrestre da Eurásia; a sinofonia não só por território, quanto pela população, ademais espalhada em Chinatowns pelos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Cingapura, até Londres. Já o Japão passou a preferir o controle do tempo tecnológico, em lugar de basicamente o do espaço geográfico, numa nova fase da Geopolítica, em que surgem outras formas de luta pelo poder mundial, ou seu quinhão.

As imperialidades são transbordamentos de energias culturais, seiva do fazer das civilizações, projetadas além fronteiras, com perda de força à medida do distanciamento no espaço e no tempo: projeções necessitando de manutenção e/ou recriação local por outras culturas e civilizações, também interagindo ou mesmo reagindo contra os centros irradiadores. A cooperação técnica internacional, ou interestatal, serve basicamente de contribuição para evitar abismos ainda maiores

entre os centros principais produtores de tecnologia e seus mercados menos desenvolvidos, através do aprendizado para suas importações de equipamentos, com produção local de peças de reposição. Daí a necessidade de reciclagem periódica dos sub-especialistas periféricos. Neste caso, não ser explorado é pior que ser explorado, pois significa marginalização. Portanto, não se trata aqui de bem ou mal e sim de mais pior ou menos pior...

Neste quadro, sobrevivem e expandem-se as culturas capazes de projetos nacionais pelos seus Estados, de preferência em companhia das suas sociedades civis para melhor mobilização geral. Se a cultura e civilização brasileiras, portanto o Brasil, quiserem manter-se e crescer e fecundar, têm de ter projeto nacional capaz de competir internacionalmente, interestatalmente, pela economia e a política, em sucessivas, cíclicas, globalizações da economia por seguintes etapas tecnológicas. O Brasil teve dois projetos políticos e econômicos ao longo dos dois reinados do século XIX: independência e consolidação da unidade nacional, mais o início do que depois se classificaria de modernização pelas paralelas e sucessivas reformas abolicionistas e eleitorais incorporadoras da cidadania política, ao lado de limitadas tentativas de industrialização e começos de imigração estrangeira.

O século XX presenciou três grandes projetos nacionais brasileiros: os das presidências Vargas, Kubitschek e Geisel, todos com suas contradições próprias de qualquer processo histórico, menores ou maiores conforme os parâmetros para seu julgamento. Na virada do século XX ao XXI, o Brasil, na presidência Fernando Henrique Cardoso, assiste a um outro grande debate, consumável na medida em que se concretize como projeto e seja executado com êxito.

O novo projeto tem, mais do que os anteriores e pelas circunstâncias também internacionais, de incluir maior atividade empresverdana privada, inclusive das empresas melhor ditas transnacionais que multinacionais, dada a origem da maioria dos seus acionistas residentes em determinado país, dele projetando os negócios nos demais. Neste sentido obviamente a Mitsubishi é japonesa, alemã a Mercedes-Benz, italiana a Fiat, suíça a Nestlé, estadunidense a IBM e assim por diante, por mais que diversas nacionalidades de indivíduos comprem ou vendam suas ações em Bolsas de Valores no mundo.

Daí a defesa dos respectivos Estados em relação aos interesses das respectivas empresas transnacionais, além da defesa das agriculturas e comércio em geral de cada sociedade. O antigo GATT, depois Organização Mundial do Comércio, assiste a verdadeiras batalhas diplomáticas e econômicas em recriminações e discriminações mútuas, nelas se destacando exatamente os maiores defensores das derrubadas de tarifas e créditos protecionistas alheios, enquanto buscam manter os próprios: Japão, Estados Unidos e União Européia. É mais uma ótima lição para o Brasil, na medida em que, lá e cá, as proteções não viciem, nem deformem, os empresários protegidos, em prejuízo dos consumidores.

O projeto empresverdana privado nacional brasileiro tem assim de ser receptivo ao investimento estrangeiro seletivo e à parceria estatal, através de ações privilegiadas por ela mantidas nas empresas dele privatizadas e nas joint ventures.

O projeto científico-tecnológico de manutenção e de ponta não pode deixar

de recorrer ao Estado; que o diga, por exemplo, a NASA, agência aeroespacial estadunidense mobilizadora e coordenadora de recursos públicos para esse tipo de pesquisa e empreendimento, o setor mais de ponta da modernização, com vistas inclusive ao consumo popular dos seus subprodutos. O Brasil também aqui precisa escolher suas prioridades.

Para seu competente e competitivo desenvolvimento não se deve cair em redundâncias contraprodutivas e desperdiçadoras de recursos: nada de redescobrir ou reinventar o fogo, melhor às vezes comprar tecnologia estrangeira, desde que sem caixas pretas dispensando transferência tecnológica e sim com repasse de know how, além da criatividade local financiada, como fazem as matrizes mundiais.

Também não se deve, nem se pode, limitar a confiança e a esperança no desenvolvimento em apenas grandes e megaempresas, inclusive transnacionais de base mesmo brasileira. Elas são, por sua natureza, de tecnologia intensiva, tendem a oferecer menos empregos; já as médias, pequenas e microempresas, familiares, até individuais, são muito mais flexíveis, capazes de mudar de tipo de produção e mercados, e oferecendo muito mais oportunidades de trabalho. A criatividade destas miniempresas explica, em destacada parte, o crescimento das economias dos chamados “Tigres Asiáticos”, de porte maior, como Formosa-Taiwan e Coréia, ou menor como Cingapura e outros. Na própria Europa, principalmente no caso da Itália, na virada do século XX ao XXI.

Então se tem de combater desde a escola básica à média e superior a cultura do erro, do espontaneísmo, do facilitário intelectual e moral. Através da instrução pública obrigatória, com paralela liberdade de ensino privado, este financiável pelo Estado, quando necessário, em projetos específicos de custo comparativo vantajoso. Exemplos de cooperação e convergência foram apresentados desde as décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960, pelo educador brasileiro Anísio Teixeira, também cidadão do mundo, de treinamento na cosmopolita Nova Iorque da Universidade de Columbia, sem nunca perder o sentimento e a visão da brasilidade.

A escola é onde se socializa, além da família, desde cedo, o que Almond e Verba denominam cultura cívica, ou religião civil da sociedade, e, por ela, a do Estado, como a definiu Rousseau. “Aqueles que contam a História também controlam a sociedade”, antes já Platão dizia; completado por George Gerbner: “Se você pode controlar a narrativa da História de uma nação, não precisa se preocupar com quem faz as leis”; o legislador, e o executivo, público ou privado, estarão com a cabeça feita, bem como o próprio coração. A escola é o primeiro e maior campo de batalha cultural; quem irá fazer os meios de comunicação em massa (rádio, televisão, jornais, revistas, Internet), ali começa a formar-se ou deformar-se. A anomia da cultura principia na família desorganizada e consuma-se na escola; é pior que a anomia social, econômica e política, porque básica.

A autodisciplina, iniciada pelas exigências da convivência familiar, socializa-se na escola por outras convivências. A maior intensividade, mais repetição de treinamento, são bases para criatividade, lembra Octávio Paz: “a memória é a forma mais alta da imaginação humana, não é apenas a capacidade de recordar”. “A destruição da memória afeta não apenas o passado, também o futuro”. “Se a memória se dissolve, o homem se dissolve”. Passa a perder um tempo enorme em

redescobertas ou redundâncias. “A memória é a busca da identidade”, seu próprio início, já o disse e demonstrou-a Jorge Luís Borges.

E desde Fustel de Coulanges se sabe que o culto aos antepassados, deuses lares tanto dos antigos romanos quanto dos japoneses modernos ainda xintoístas, aquele culto está no centro da mais funda identidade coletiva. Mesmo os Estados Unidos — tão laicizados, multiculturalistas e tecnológicos — cultivam em primeiro lugar e acima de tudo a religião civil da herança dos seus estadistas fundadores, os *Founding Fathers*.

Com crítica e autocrítica individuais e grupais é que se renovam e circulam no poder os quadros dirigentes fundamentados, por isso fundamentais — nisto se completam Max Weber e Vilfredo Pareto. Os próprios partidos comunistas seguem, na prática, em parte este modelo: são partidos de minorias de revolucionários profissionais, nisto Lenin se inspirou em Blanqui, por mais que o complete e amplie-o, sem precisar recorrer teoricamente a Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca.

Só as sociedades com forte e dinâmico eixo de rotação centrípeta podem acolher grande quantidade de imigrantes, de novo o exemplo dos Estados Unidos, mesmo da França, o caso maior no gênero na Europa. Também se deve levar em conta aí a dupla face da contenção à natalidade, necessária para evitar a proliferação da miséria, desnecessária e prejudicial à medida que quem pode ter filhos deixa de tê-los. Do contrário, muitos idosos precisarão ser sustentados por poucos jovens, mesmo com todo o desenvolvimento tecnológico exigindo migrações de moços pobres estrangeiros; na circunstância brasileira, índios com dificuldades de integração desde o Paraguai, Bolívia, Peru e mesmo o norte da Argentina; senão negros mais uma vez da África, fugindo dos seus conflitos tribais e ainda maiores descompassos tecnológicos. O Brasil, com sua formação multiétnica, em nenhuma hipótese deve discriminá-los, o que implicará em novas responsabilidades e custos para promovê-los social e economicamente e integrá-los culturalmente.

O maior cuidado precisa dirigir-se ao perigo de anomia, interno ou importado, na retaguarda e na base da sociedade. Uma casa dividida, inimiga entre si, não sobreviverá; a lição vem da antiga multissecular sabedoria bíblica, confirmada na Iugoslávia e União Soviética de fins do século XX, apesar de todas suas pretensões de ideologia cientificista infalível. A realidade termina sempre falando mais alto que os códigos.

O que não justifica o extremo oposto da desigualdade econômica e dos preconceitos sociais, nem o disfarçado ou real atraso tecnológico por omissão ou deformação das suas origens e usos.

Instrução (e educação), saúde, emprego, segurança individual ou coletiva são elementares, fundamentais como a liberdade. Sem eles, nada feito; tanto quanto o homem não foi feito para o sábado e sim o sábado para o homem, mais uma vez na advertência evangélica, a economia foi feita para o homem, não o homem para a economia. São os direitos humanos e civis na prática integral, meta inatingível em plenitude, nem assim menos exigente, porque, se não se pede muito, embora não demasiado, da História, ela nada produz, nem gera. Nada melhor que a transparência e julgamento da sociedade e suas pessoas pelos parâmetros que ela própria diz se impor, autocrítica nacional.

Fundamentais neste quadro a produção e divulgação também das notícias através do rádio e televisão brasileiros de projeção além fronteiras, em competição com outros centros geradores de informações de massas, além do livro e revistas de menor, embora mais influente, público. Pouca gente sabe que a produção cinematográfica da Índia é mais numerosa que a de Hollywood e a árabe, quase outro tanto.

A defesa coletiva acompanha e coroa a defesa individual e completa a da cultura: *si vis pacem, para bellum*, enquanto o homem for lobo do homem, e que o seja cada vez menos por desarmamentos simultâneos e equitativos. Defesa militar com doutrina própria na medida da adequação de meios e fins, defesa das fronteiras terrestres e fluviais amazônica e platina, naval no Atlântico Sul até à projeção brasileira na Antártida, defesa aérea em toda sua extensão. Que também os Estados convirjam em paz com equidade, conforme o tamanho, população e interesses de cada um, autocrítica internacional.

Sempre no difícil, desafiante, equilíbrio de idealismo e realismo, substância última da dialética desafio-resposta, Estados do porte do Brasil têm de cruzar a pesquisa de tecnologia de ponta, transferível ao consumidor comum de bens pacíficos, com as necessidades militares; até as territorialmente pequenas Suíça e Suécia dispõem de tecnologia militar própria.

Simultaneamente a política externa brasileira, ainda no difícil equilíbrio de idealismo e realismo, melhor age prosseguindo seu low profile político e high profile econômico, melhor as disputas comerciais que as apenas militares. O peso demográfico e territorial e econômico brasileiro permite-o, dentro de limites, como tudo na vida, aos quais cumpre, em cada fase, localizar e usar. Da special partnership com a Grã-Bretanha ontem para a independência do Brasil diante de Portugal, à special partnership com os Estados Unidos hoje no quadro atual da sua hegemonia, amanhã em special partnership com quem vier em poder global, sem satelitismo nosso. Por um triz não foi cometido o erro de aliança com o perdedor, a União Soviética, se tivessem sido seguidos os irrealistas defasados.

Já o mostrou George Washington, no seu discurso de despedida presidencial, como os aliados de hoje podem ser adversários de amanhã, e vice-versa, portanto não há inimigos nem amigos ao nível internacional.

As fronteiras nunca se estabilizam pela eternidade, vão e vêm. O Brasil transnacional econômico, por suas empresas no mundo inteiro, ainda deve-o ser mais nas suas fronteiras imediatas, terrestres e marítimas: precisa continuar insistindo no acesso ao Oceano Pacífico, mesmo pacificamente, sem qualquer trocadilho; o problema está na instabilidade interna maior do Peru e Colômbia, pontos mais próximos do outro mar. Em si, o projeto da estrada não custa tão caro e compensa. O problema é outro, político, inclusive ao alegar argumentos ecológicos: não interessa a alguns vizinhos e parceiros do Brasil nas Américas esta ligação Atlântico-Pacífico.

Também o direto acesso ao Caribe jamais deve ser excluído: a Venezuela reivindica 2/3 do território da Guiana ex-britânica, e a escassa população e desequilíbrios cultural, econômico e político internos de Surinã merecem atenção permanente. Na medida em que as situações da Guiana e Surinã atingirem pontos

críticos, caberá ao Brasil o comportamento adequado à situação, para isso precisando estar preparado. Neste contexto, o desenvolvimento de Roraima e norte do Pará merecem cuidados especiais.

Também merece especial atenção a projeção oceânica brasileira na África, a começar pela África Lusófona, com a África do Sul de permeio, esta em seu grande potencial econômico, até tecnológico, ademais da sua vocação de influência, irradiando-se da África austral na direção de vários Estados de maioria negra.

O Tratado de Assunção não instituiu o Mercado Comum da América do Sul, nem do Cone Sul, e sim literalmente o Mercado Comum do Sul, admitindo, portanto, outras integrações Sul-Sul dentro da sua estrutura, ou de cada um dos países signatários fora dela, entre eles, naturalmente, o Brasil, inclusive além das Américas.

Mas nenhum projeto nacional deve ser mais imposto e, sim, discutido em círculos concêntricos pelas faixas interessadas empresariais, técnicas, políticas, militares, sempre na adequação de fins e meios, custos e benefícios, no processo de geral conscientização, no qual a participação popular é vital para o geral esforço; senão, ocorre entropia desde o berço do projeto. E não há ética social sem moral individual: o capitalismo suicida-se pela transformação de tudo em mercadoria, até a comercialização de partes do corpo humano e os paraísos artificiais das narcodrogas.

Então se volta ao ponto de partida: também as culturas e civilizações adoecem e morrem; sua seiva e, portanto, suas realizações necessitam de transcendência; o universal e o eterno do ser humano.

RESUMO

Parcerias Cambiantes do Estado Transnacional Brasileiro Vamireh Chacon

George Washington, certa vez, disse que os Estados Unidos da América não têm amigos ou inimigos, mas parceiros que podem alterar sua condição de acordo com os interesses e as circunstâncias. Há a geopolítica não só da guerra mas, também, da paz.

O policentrismo instalou-se após o desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A luta pelo poder no cenário internacional está direcionada para o controle do espaço e do tempo: aqueles países que detêm a iniciativa tecnológica estão capacitados para ditar a velocidade da mudança política dos outros países.

O MERCOSUL, com todas as suas limitações, é o resultado de interesses integrados, derivados dos sentimentos de vizinhança e herança cultural.

ABSTRACT

THE TRANSNATIONAL STATE AND CHANGING PARTNERSHIPS

VAMIREH CHACON

George Washington once said that the United States of America have no enemies or friends, but partners who may change according to interests and circumstances. There are geopolitics not only for war but also for peace.

Policentrism followed the dismantlement of the Union of Socialist Soviet Republics. The international struggle for power is geared towards controlling space and time: those who have technological initiatives are capable of dictating how fast other states may change politically.

MERCOSUL, with all its limitations, is a result of fitted interests, derived from neighbourhood and cultural heritage.

O AUTOR

VAMIREH CHACON é Cientista Político. Professor Titular do Instituto de Ciências Políticas e Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Com a tese “Introdução ao Problema da Sociologia do Direito” doutorou-se em 1959 pela Faculdade de Direito do Recife. Em 1967, foi Professor Visitante de Sociologia do Desenvolvimento Brasileiro na Universidade de Munique, Alemanha. Dentre os trabalhos que publicou, destacam-se: Introdução ao Problema da Sociologia do Direito; O Fator Econômico no Marxismo; História das Idéias Socialistas no Brasil; A Revolução no Trópico; História das Idéias Sociológicas no Brasil; Vida e Morte das Constituições Brasileiras; Gilberto Freyre (Uma Biografia Intelectual).